



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ COORDENADORIA DE APOIO DE AO ENSINO

	IDENTIFICAÇÃO
CURSO	DEPARTAMENTO
ENGENHARIA AGRÍCOLA,	
AGRONOMIA,	AGROTECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
ZOOTECNIA e MEDICINA	
VETERINÁRIA.	

PROGRAMA GERAL DA DISCIPLINA

CÓDIGO	DISCIPLINA , /	POSIÇÃ) NO CU	RRÍCULO
ACS - 1200075	DIREITO AMBIENTAL	EA)), A10,	Z10 e V10
	PROFESSORES			
5. 45. 50. 5 . 5 . 5 . 5 . 5 . 5 . 5 . 5 . 5	MAGDA CRISTINA DE SOUSA			

				№ DE CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA	
TEÓRICA	PRÁTICA	TEÓRICA-PRÁTICA	TOTAL	TOTAL	TOTAL	
03	01	04	04	04	60	
			E-REQUISITO			
		DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO e POLÍTICA AGRÍCOLA				

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Ao final da disciplina o aluno deverá:

- 1. Conhecer a partir da linguagem técnica-jurídica as questões ambientais;
- 2. Proporcionar o acesso a meios legais de defesa ao meio ambiente.
- 3. Possibilitar a identificação de espaços ambientais protegidos e as formas legais de garanti-los.
- 4. Integrar-se às normas de Estudo de Impacto Ambiental para atuar com responsabilidade.

EMENTA

Ecologia e meio ambiente. A crise ambiental. Do Direito ao meio ambiente equilibrado. Direito ambiental. Proteção legal. Competência. Espaços ambientais protegidos. Sociedade civil e meio ambiente. Estudo de impacto ambiental. Da responsabilidade ambiental.

UFEDOA

Jeana D'arc Véras de Aquino

UNIVERSIDADE ESDERAL DURANTO ESTATA É	
A A TITUTAL MATERIAL OF SECTION OF THE SECTION OF T	A A
COPPARUPEMILICA	\mathcal{A}
Mossoró de de	
APPENDING TO THE STORY OF THE PROPERTY OF THE	
Responsável pela Autenticação	organismo.

	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
Nº DA	UNIDADE	Nº de HORAS		
UNIDADE		T	P	T-P
I	1. ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE 1.1 Conceitos 1.2 Relação com outras ciências e sua relevância para à civilização; 1.3 O meio ambiente sob a perspectiva jurídica; 1.4 Meio ambiente físico, geográfico, social e cultural; 1.5 O impacto do homem sobre o meio. 2. A CRISE AMBIENTAL	UFER	8 /	
	2.1 A degradação ambiental; 2.2 A poluição sob suas diversas formas; 2.3 O desmatamento; 2.4 A degradação do solo; 2.5 A predação de espécies animais e vegetais 2.6 Da biotecnologia;		3	
	 DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO 1 A declaração de Estocolmo; 2 A agenda 21; 3 Princípios internacionais sobre proteção ambiental; 4 As Nações Unidas e o meio ambiente; 5 Meio ambiente desenvolvimento e planejamento. 	15	05	20
П	 DIREITO AMBIENTAL 1.1 Conceitualização: objeto, objetivo e princípios; 1.2 O direito ambiental no Brasil; 1.3 Natureza jurídica do direito ambiental 			
	 PROTEÇÃO LEGAL 1 Dos principais instrumentos de defesa do meio ambiente; 1 Do Estudo de impacto ambiental e do relatório de impacto ambiental. 2 Do licenciamento ambiental. 3 Competência para legislar em matéria ambiental. 			
	2.4 Espaços ambientais protegidos.	15	05	20
Ш	SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE 1.1 Instrumentos jurídicos disponibilizados para defesa do			
	meio ambiente; 1.2 Direito à informação; Educação ambiental; 1.3 Defesa do patrimônio cultural (Normas gerais e Normas especiais); 1.4 Defesa do patrimônio natural (Normas gerais e Normas especiais). 2 DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL 2.1 Responsabilidade Administrativa; 2.2 Responsabilidade Civil;			
	2.3 Responsabilidade Penal;2.4 Tutela Penal da fauna, flora e do ordenamento urbano.	15	05	20

MÉTODO

- Aulas expositivas;
- Estudo de texto
- Trabalho em grupo
- Seminários



AVALIAÇÃO

- As avaliações serão constituídas do conteúdo de cada unidade, e de caráter individual.
- A terceira avaliação será constituída de seminários e mais avaliação individual do conteúdo da unidade III.
- A quarta avaliação será constituída a partir do somatório do conteúdo da unidade I, mas o conteúdo da unidade II e da unidade III.

	The state of the s
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
No DE ORDEM	REFERÊNCIAS
01	ANDRADE, L. ; SOARES, G. ; PINTO, V. Oficinas ecológicas: uma proposta de
	mudanças. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 132p.
02	ANTUNES, P. de B. Curso de direito ambiental: doutrina, legislação e
	jurisprudência. 2. ed. São Paulo: Renovar, 1992. 399p.
03	BANCO DO NORDESTE. Guia do meio/ambiente para o produtor rural.
	Fortaleza:, 1999. 58p.
04	Manual de impactos ambientais. Orientações básicas sobre
	aspectos ambientais de atividades produtivas. Fortaleza: 1999.
	297p.
05	CAVALCANTE, C. (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma
	sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995. 429p.
06	CONSTITUIÇOES do Brasil/ compilação e atualização dos textos, notas, revisão e
	índices, Adriano Campanhole, Hilton Lobo Campanhole. 12. ed. São Paulo: Atlas,
	1998. 881p.
07	COPOLA, G. Elementos de direito ambiental: de acordo com o novo código civil
07	brasileiro, o estatuto da cidade, a lei de crimes ambientais e toda correlata. Rio de
	Janeiro: Temas & Idéias. 2003. 256p.
08	DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 6. ed. São Paulo: Gaia,
V V	2000. 551p.
09	ELIDA, Séguin. O Direito ambiental: nossa casa planetária. 2. ed. Rio de Janeiro
	Forense, 2002. 450p.
10	EMBRAPA. Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas. João
10	Fernando Marques, Ladislau Araújo Skorupa, José Maria Gusman Ferraz (Ed.
	Técnicos). Jaguariúna: Embrapa meio ambiente, 2003. 281p.
. 11	HELENE, M. E. M. Cenário mundial: sociedades sustentáveis. São Paulo:
. 11	Scipione, 1994. 47p.
12	LEFF, E. Epistemologia ambiental. Tradução de Sandra Valenzuela. São Paulo:
12	Cortez, 2001. 240p.
13	Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade,
15	poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 2ª ed. Petrópolis: Voses, 2001.
	343p.
14	MANUAL de avaliação de impactos ambientais. 2. ed. Curitiba: IAP:GTZ,1993.
11	294p.
15	NEGRET, R. Na trilha do desenvolvimento sustentável: ecologia, natureza e
	sociedade. Alto Paraíso de Goiás: Fundação Instituto Transdisciplinar de
•	Desenvolvimento Sustentável, 1994. 260p.

16	NEVES, E. ; TOSTES, A. Meio ambiente: a lei em suas mãos. 3. ed. Petrópolis:
	Vozes, 1998. 87p.
17	NOSSO futuro comum/ Comissão mundial sobre meio ambiente e Desenvolvimento.
	2. ed. Rio de Janeiro: Fudação Getúlio Vargas, 1991. 430p.
18	ODUM, E. P. Ecologia. Tradução de Christopher J. Tribe. Rio de Janeiro:
	Guanabara, 1988. 434p.
19	NOVERE, E. L. la. (Coord). Manual de auditoria ambiental. Rio de Janeiro:
	Qualitymark, 2001. 136p.
20	SILVA, V. G. da. Legislação ambiental comentada. 2. ed. (ver. e ampl). Belo
	Horizonte: fórum, 2004, 592p.
21	TOSTES, A. Sistema de legislação ambiental. Petrópolis: Vozes, 1994. 230p.
22	VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Orgs). Gestão de recursos naturais renováveis e
	desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental. 3.' ed. São Paulo:
	Cortez, 2002. 500p.
23	VIOLA, E. J. et al. Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafio para as
	ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1995. 220p.

	APROVAÇÃO	
10/11/04	DEPARTAMENTO Lei foous	
DATA	ASS. DO CHEFE DO DEPARTAMENTO	
	CONSELHO DEPARTAMENTAL	
9°RO. № DA REUNIÃO	26/10/06 Elias Harques Dias DATA ASS. DO SECRETÁRIO(A) DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS	S

